



**CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais**

[www.ciari.org](http://www.ciari.org)

**Cleizi do Nascimento**

Bacharel em Relações Internacionais – UTP/PR.

## **Brasil e as Políticas Públicas**

A estrutura organizacional do sistema brasileiro de políticas públicas vem sendo profundamente resenhada. Estão sendo implantados programas de descentralização que, gradativamente, transfere-se atribuições de gestão para os níveis estadual e municipal de governo.

Diante das constantes crises econômicas no século XX, da idéia do mercado auto-regulável e do ciclo do capital, ocorreu uma crise de consumo em resposta ao esgotamento do modelo capitalista de 29. No plano político, nasce a idéia da construção da identidade operária através da solidariedade política.

O desenvolvimento do EBE<sup>1</sup>, segundo Oliveira 1998, foi resultado do pacto entre Estado e Capital, na qual, houve expansão dos direitos políticos e sociais dos indivíduos, resultando em mudanças na estrutura social e na sociabilidade trabalhista. Com isso, o EBE passa a ser uma questão de sociabilidade fundada no trabalho e na participação política.

---

<sup>1</sup> Leia-se: estado de bem-estar social.

As transformações do capitalismo no EBE deram lugar às mudanças e a um novo modo de produção como explica Oliveira, é possível de se entender através do fundo público.

O Estado, na condição de agente econômico dos recursos arrecadados através do pacto (K/T) é programado para atender o K (valor) e o T (antivalor). Esse apontamento otimista, diz respeito ao direcionamento de uma sociedade socialista, já que os capitalistas não mantiveram o EBE. Nesse caso a esfera pública ampliou-se com o FP, obtendo “controle” da arrecadação de todas as cotizações e déficits.

Esse mecanismo, através das políticas públicas desmercantiliza a força de trabalho, organiza a produção sem o mercado e “garante” a sobrevivência do indivíduo.

O objetivo do Estado como aponta Durkheim, tem a função social de representar os indivíduos, fazendo políticas de inserção e combate a desigualdade.

Infelizmente, ainda precisamos de um longo período de planejamento econômico para combater a desigualdade social na cultura política da cidadania brasileira, nos estudos da Teresa Sales, ela nos aponta sobre a questão expressada por *cidadania concedida* que deveria ter seu fim com a abolição da escravatura, mas perpetuou-se com o coronelismo.

Para Sales, as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira devem-se a sociedade escravocrata, itinerância, democracia racional, submissão política e social. Definindo em curtas palavras como uma relação de mando e subserviência.

Relação essa - mando e subserviência - que Gilberto Freyre exprimiu o caráter brasileiro da nossa continuidade, baseado na compreensão e na empatia relatado em sua grande obra: Casa Grande e Senzala.

Sergio Buarque de Holanda, também busca entendimento para as relações de mando e subserviência nas raízes ibéricas, dizendo que a obediência aparece como uma virtude suprema, onde, mandar e cumprir ordens são peculiares.

Partindo desses parâmetros, sabemos que boa parte da população brasileira vive excluída do sistema sócio-econômico, acarretando problemas para o sistema político do país. Problemas esses que inexistem em épocas de eleições denominadas por O'Donnell como democracias recém-instaladas e pouco institucionalizadas, ou seja, "democracias delegativas".

Para Robert Dahl, democracia esta diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, ou seja, mudanças na estrutura social e modernizações levariam a uma estabilidade da democracia.

Dahl trata o termo democracia como um sistema político de responsabilidade para todos os cidadãos, onde, os mesmos possam formular, expressar e escolher suas preferências dinamizadas pelo regime político: Poliarquia - que se define como instituições com exercício do poder vinculado a valores efetivado através das eleições, competições e contestações.

Para a questão política, afirma-se que uma ampla participação e competição política ocasionam mudanças na composição da liderança política e no sistema partidário, forçando-se a criar novos arranjos.

A experiência do regime democrático no Brasil ainda apresenta forças históricas e arcaicas de dominação. Podemos dizer que é um modelo de democracia burguesa que implica na relação entre classes sociais e Estado.

A estrutura corporativa que representa interesses na ação política é prescrita a partir de arranjos institucionais, lembrando que temos um poder composto por forças, diversidades políticas e ideológicas que tem como um dos fatores de conflito a sociedade que a compõe.

## **Bibliografia**

**ALMEIDA**, M.H.T.de, *Federalismo e políticas sociais*. RBCS, n28, ano 10, Jun/95, p. 88-108

**DAHL**, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp,1997, p11-50

**O'DONNELL**, Guilherme. *Democracia Delegativa?*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n31,1991

**SALES**, T. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*.RBCS, n25, ano 9, Junho/94, pág. 26-37.

**WANDERLEY Reis, Fabio**: "Notas sobre a reforma do Estado";Revista do Serviço Publico, vol.118, n3, 1994, p17-26